



e não ficarem nos bustidos e rubeando e se eximindo de opinião perante
 aos Evangelicos. Adiante, disse que registrava agradecimentos a Presi-
 dência por ter colocado em pauta o Projeto do Vereador Silas Rodrigues em
 p, no que encimou sua fala a seguir, supou o tribuna em Explanção
 verbal, o Vereador Eduardo Rômulo da, explanando que realmente o pedi-
 do de vistas no Projeto de tribuna do Vereador Silas Rodrigues em p, fo-
 ra do Vereador João dos Santos Mendes, e que o Estado Projeto no data-
 do em 30 de dezembro de 1999, e na versão original, falava em favor
 do do Dia dos Evangelicos, conguide no atual redação sendo assim
 Constitucional exigiu quando que no texto original, visto a Consti-
 tucionalidade se colocara entao, o que não ocorreu na atual fase.
 Com relação a ausência dos Vereadores, disse que se eximiu de cultura
 ali mesmo porque a Câmara já havia examinado situações idênticas
 expremente usado por todos os Vereadores, e assim, respitava todas
 as posições no que encimou sua fala. A seguir, supou o tribuna em
 Explanção verbal, o Vereador Caro Auxiliador James Rômulo conve-
 tunde a todos os Evangelicos para comparecerem a próximo Sessão da
 Câmara, acompanhando a votação que ocorre o Dia dos Evangelicos,
 e assim, a igreja Evangelica deveria funcionar, no que encimou sua
 fala não havendo mais Oradores para o uso do tribuna em Explanção
 verbal, o Senhor Presidente encimou o presente Sessão em nome de Deus
 E para constar, solicitou que lavrasse a presente Ata, que depois de lida,
 submetido a aprovação Unânime, aprovado, e assinada para que
 produza seus efeitos legais.

X
 X
 X

Ata da Vigésima Nona Sessão (Unde-
 zésima do primeiro período legislativo)
 da Câmara Municipal de Cobo Branco,
 realizada no dia 06 de junho do
 ano de 2000 das mil.

de construção de curvas retentoras para os estabelecimentos - que minua
na, e de outras providências - Projeto de Lei nº 023/2000 de autoria do
Senador Walden Barreira de Aquino Neto, assunto: lico evado, o nível da
municipal, micrométricos para fiscalizar e diminuir agressões ao meio am
biente, com o implantação de lixo e da linha verde, requerimento nº
067/2000 de autoria do Senador Barão Auxiliadora Ramos Rônce Thues,
assunto: viração e telman a instalação de telefone público comunitário
rua Ernesto Pardoso da Fonseca, 162, em frente ao Bar do Campiata,
Barão Rônce Ulepe, Indicação nº 158/2000 de autoria do Senador Wilson
Silva Rogalhão, assunto: soluto ao Sr: Sr: Prefeito Municipal a
substituição de lâmpadas queimadas nos postes da rua 4, no Bairro
Ranuel Donato, Indicação nº 159/2000 de autoria do Senador Wilson Ro
drigo Berto, assunto: soluto ao Sr: Sr: Prefeito Municipal a cons
trução de duas passarelas, uma na Av. Seregado e Souza, na altura
do Experimento do ABC e outra na rua Jonas Garau na altura do Pamy,
em confluência com a rua Sr: José Wafz Filho denominada a altura do
Expediente, o Sr: Sr: Presidente propôs o suborno aos Oidores ins
critos, como primeira Ordem inscrita, outou o suborno o Senador Os
mar Tommas da Silva, relatando igualmente que o Projeto de Lei
do Senador Silva Rodrigo Berto, incluindo o Sr: Sr: Evangelista
para encunado em duas Comissões Cínicas, realizando assim a
Câmara Municipal o Estado de Direito de que a Remuneração era a
consequência mais alta, mais nobre, mais humana. Prosseguido, de
se que estava sendo um pareceres antilegislativo centrado aos Oide
dois que não concordavam com o referido Projeto de Lei, mas na verdade
a Câmara não tinha competência para escolher o dia em que o Bran
gêbio era julgado e seu dia afirmou que se a Câmara tivesse tal
procedimento por certo sua própria prestígio junto a opinião pública,
e assim propôs que tais atos fossem precedidos pela crítica honesta,
a luz dos parâmetros legais e não por considerações de ordem pessoal. Disse que
longe de fazer comparações podia afirmar que jamais visto na Poca
Projeto de Lei com tal finalidade, mostrando que o ambiente podia trança
mas contados em São. Por relação o juizado já consolidado esse que

todos haviam durado de dez horas, não sabendo responder quanto aos fa-
 tuosos egípcios, opinou-se reportando o Decreto Presidencial aninhando o
 Dia da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida. Disse que não ou-
 rnam nem discussões acadêmicas, mas opiniões que deveriam ser limita-
 das aos que eram, ou seja, opiniões concisas. Com relação ao tema, disse que
 o estilo seria o representatividade religiosa inamistosa e laica, data
 comemorativa e solenar procedimento oficial, e assim, o Câmara tinha
 que ser simples, pois desconhecia qualquer ensino da comunidade que
 não tivesse representação no legislativo, que congregava como tanto e
 outros camunhos, e assim, todos e todos, sendo o ensino mesmo em
 escola menor, repelindo toda a comunidade. Disse que usava tais
 argumentos, para demonstrar sua posição contrária ao projeto, pois so-
 bretudo estava o ensino da Instituição Câmara Municipal. Disse que ti-
 nha o maior respeito pelos evangélicos e se colocava a disposição pa-
 radintivo de pareceres legais, entretanto uma fórmula capaz de conciliar
 pluto que considerava dos meios feitos, embora encaminhado de forma
 equivocada. Disse que nenhum estabelecimento tinha em colocar sua
 unidade, contestando opiniões que respeitava, mas primordialmente
 respeitando sua consciência. Disse que a tarefa de Lupatler se exercia
 na medida em que a análise dos textos levava a consciência, lembrou
 do propósito indicando construção de personalidade na sua própria função,
 área dos seus valores, com silos hordados e que deveria ser precedida
 de amplo estudo, concluindo que o voto não deveria ser para o Sena-
 dor e sim para a Instituição Câmara, que tem responsabilidade sobre
 o curso de se tornar órgão útil, frutífero e agradável de trabalhar.
 Depois analisou reafirmando seu respeito pelo Senador Silas Rodrigues
 Brito e colocando-se a disposição dos evangélicos para legítimas anexas
 em que a Câmara empresse suas indagações pertinentes. O requer,
 culpou o Senador o Senador Normael Galvão da Silva Filho afirmando
 inicialmente que sobre o ponto de vista de defesa do Câmara, o discurso
 do Senador Diniz Campos foi muito importante. Com relação ao procedimen-
 to colocado quanto a validade de procedimentos de qualquer segmento, dis-
 pondo-se o Câmara, no caso, o segmento evangélico, disse que o laço na

uma coisa que todos os partidos sociais se representavam, e assim sem querer
contestar a república, e representando a unidade, e assim entendido que a propozi-
ção do Senado estava legitimamente configurada. E perante o Senado Os-
mar Campaia, disse que a substituição do Projeto de Lei não era esphé-
rica, ou seja, não era tal delegação. Mas quando, disse o Senado que não
se referia a delegação documental, mas tão somente as prerrogativas
contidas nos artigos, o que sedimentava o Poder Legislativo. Nesse
quando, disse em aberto para que a sociedade acordasse para a im-
portância do Legislativo na medida em que tão valiosa representação
se fazia evidente, como evangelicos e pastores, entre outros não menos
importantes, visto ser o Legislativo um patrimônio do Município, da
vida em comum, do destino político que a todos interessava. Afirma
que todos deviam lutar para fortalecer o Legislativo que nos tempos
modernos sofreu fissuras, proporcionando questões simuladas, coritas
e que o nada levavam, e assim, não empalava a qualidade ou a qua-
lidade dos integrantes do Parlamento municipal, mas sua essen-
cialidade e a realidade ou melhor a realização plena dos anseios da
sociedade. Disse que não era o momento como uma crise insalvável,
mas, sobretudo, paciência e dedicação, a vontade, a lucidez de ho-
mens justos. Disse também que tais perplexidades não eram monopólio
dos dois alvares, que eles sempre existiram ao longo das páginas da
história, formando angústias, fazendo herodes, líderes políticos
que acabaram por fundar as instituições que eram a base dos dias
modernos. De frente, disse que defendia o Projeto do Senador Silas
dos Anjos Benito, baseado também nos argumentos vertidos pelo Senador
Osmar Campaia da Silva na tese da delegação a segmentos da Co-
munidade, no que enunciou na fala O seguir, em questão de Ordem,
o Senador Guy Silas do Rocha disse ter observado que o Senador Gilson
do Bonfim foi individualmente presente e votou antes que o Sr. Pre-
sidente estava presente e ainda o Senador Fábio dos Santos Mendes assumiu
individualmente a Primeira Secretaria, quando estava presente o Sr.
do Secretário, e que assim, o Senador Presidente, abertamente dirigiu con-
tra o Sr. Presidente para assumir, e Presidência e Jovens. O seguir, a

Presidente em exercício, Senador Eduardo Correia Neto, disse ter assumido pelo
 fato do Vice Presidente Silas Rodrigues Brito, ter se considerado impedido,
 e assim voluntaria o pronunciamento do Vice Presidente da Mesa Diretora
 o Senador Silas Rodrigues Brito que foi ser o eufem do Projeito substituindo
 o dia do Evangelico, se considerava impedido para exercer a Presidencia,
 na medida em que gostava de exercer o direito do voto pelo que esperava
 contar com o aquiescencia do Senado. Em Questão de Ordem, disse o
 Senador Braz Benedito Goncalves Filho, que o Senador fãno dos Santos
 doende, já assumiu o Primeiro Secretariado por voluntaria do Presidente,
 mas, regimentalmente assumiu sua funçãõ. Em Questão de Ordem, o Se-
 nador Manoel Aquino da Silva Filho, disse que o argumento utilizado
 pelo eufem do Projeito, deveria ter embutido o bom senso da sençãõ e
 locado pelo eufem. Disse que deveria ser consultado o Regimento e se por
 se omisso, que o Presidente decidisse. Em Questão de Ordem, o Senador
 Cayo Silva da Rocha, disse que o Regimento não era omisso, e que quan-
 do o Presidente não estava presente era obedecido a ordem hierarquica
 e assim sucessivamente. Disse que quando era levantada a Que-
 stão de Ordem, a discussãõ do Presidente no soberano, não estendo re-
 nenhum outro Senador para dar opiniões, e assim o que era discutido
 era firmado jurisprudenciao. Continuando na Presidencia, o Senador
 Eduardo Correia Neto, disse que reputava os conceitos do Senador Cayo
 Silva da Rocha, e considerando o Senador Silas Rodrigues Brito legalmen-
 te impedido continuava exercendo a Presidencia. Em Questão de Or-
 dem, o Senador Omar Campos da Silva, disse que não apresentara
 outros argumentos a Questão de Ordem do Senador Cayo Silva da Rocha
 mas que a Discussãõ não se restringia a apenas uma materia, e assim,
 se a discussãõ fosse no momento da votaçãõ, até interdiria, mas que se tal
 pratica vinhasse modo, nada apresentaria a Câmara. Disse ainda que
 não aceitava o Senador ser eleito para determinado tempo no Brasil, ser
 Vice Presidente e postumamente não assumir tais prerrogativas, e
 que outros atatos já haviam acontecido, e assim, o melhor seria di-
 zer que não tinha capacidade para assumir a Presidencia, mas o que
 não se podia no Interpeller o Regimento recorrendo na discussãõ da

trabalho o Presidente em sessão Unida Eduardo Bonino Neto, convidou para fazer uso da tribuna como Orador inscrito, o Vereador Silas Rodaques Ponte, que invocando sua fala, disse que o Vereador Osman Sampaio, quando era odu, mágico, tendo por sua pessoa total desconfiança, talvez até por ser evangélico, mas que via permanecer sério e tranquilo, esperando que tais sentimentos fossem expulsos do coração do estado Vereador. Disse que pugnava pelo Projeto de sua autoria visto a importância da Comunidade evangélica em todo o Brasil, e assim não estava nada, apenas copiava exemplos de outros Municípios, como em Brasília que tinha Projeto evangélico, o que não era o caso do seu Projeto. Disse que seu Projeto não tinha nada de inconstitucional, apenas a má vontade de alguns para com os evangélicos lembrando em que 1997 o Município votou Projeto de Lei, declarando feriado Municipal o dia 15 de agosto, dedicado a Nossa Senhora de Assunção, tendo votado a favor por que nada tinha contra o segmento católico. Disse que na realidade o seu desejo era instituir um feriado evangélico, mas diante de tantos questionamentos reprimou a ideia de sua proposição que há em anos inamutava, ou melhor, ficava enquiçada na Casa.elogiou o comportamento sério do Vereador Eduardo Bonino Neto, cujo exemplo deveria ser seguido e assim, esperava que os demais Vereadores pudessem fazer uma reflexão e votar favoravelmente ao seu Projeto de Lei. Menção a presença do Presidente do Conselho de Pastores, Pastor Filadelfo e do seu progenitor Pastor Wanderson, Pastor Almir, Pastor Joci e outros o que dava uma ideia da representatividade evangélica, no que encerrou sua fala como ultimo Orador inscrito, ocupou a tribuna o Vereador Sânio dos Santos Mendes, reafirmando sua solidariedade de ao pronunciamento do Vereador Osman Sampaio da Silva, que acabou com a esbana, também trouxe sabedoria para passar por uma de uma ofensa, como ensinar a palavra de Deus. Prosseguindo, repondeu-se a Jesus anterior, quando afirmando artificialmente, alguns Vereadores haviam se ausentado do Plenário, o exemplo de outros Vereadores, e outros ausentes, por motivo de ordem pessoal plenamente justificáveis, e assim tais Vereadores haviam sido agre-

dados verbalmente. Adiante, disse que no Veredito do povo de Lobo Guo, e
 não de outros, como erudito era filiado ao PDI, no professor, e como
 ser humano professorava a fé do católico, apostólico romano, e que nenhuma
 das características assadoz podera se sobrepor ao fato de representar
 o povo ecobstante. Quanto ao Projeto de Lei nº 024, disse que após ter o
 mesmo recebido parecer do Relator Espinosa sobutano, parecer da Proru-
 nadozo visto ter dúvida quanto ao texto, e assim o parecer do Senhor
 Impunador da Lexa era contrário a matéria. Disse ter encaminhado
 o Projeto a Lexa com pedido de vistas informando que diante do Pare-
 er, notaria contrário a matéria, repositando ainda que a data pre-
 tendida, 31 de outubro, era por lei estadual consagrada a reforma pro-
 testante, e assim, caso repositado o Projeto 024, nenhuma mácula cauz-
 aria a Comunidade evangélica, ao contrário do que se anunciava, a
 seja os anuloz da dissidência que desmutavam a vigência da Lexa
 da reforma protestante. Relatou que em 31 de outubro de 1917, Santo-
 lúthio recibio do Papa a bula de sua excomunhão, depois que ele
 um católico, estudioso, e erudito, lutara para que a Igreja Católica
 permitisse a celebração da Santa Lexa pudesse ser feita na língua
 pátria e não em latim, além de tantas outras coisas. Disse que assim
 Santo- lúthio negava a bula papal e por tal gesto sem consultação
 com uma fase maneira o início da reforma: "Não posso nem quero
 me retratar, pois eu que é peccado aqui contra a própria consciência"
 Disse que tal manifestação serviu para chamar atenção daqueles
 que usavam a força do voto, o poder dos evangélicos para obrigarem
 eruditoz honrados, honestos, inviolados e em mandado popular a agi-
 rem contra a própria consciência. Concluiu colocando amplo relato so-
 bre os evangélicos, sua importância a partir de Lutero e assim afir-
 mando que havia muitos planos nos corações dos homens, mas a vol-
 tade de Deus é que se realizava. Não habendo mais Orado aos eruditos,
 o Senhor Presidente conduziu o trabalho para a Ordem do Dia desta etapa.
 Foram aprovados os seguintes matérias: Aprovado Regulamento de Orga-
 no nº 066/2000 para o Projeto de Resolução nº 001/2000. Foi encaminhado para
 na a Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Lei nº 023/2000 foi aprova

do o Sanção do Edital Especial ao Projeto de Lei nº 014/98, Aprovado
o Sanção do Edital Especial ao Projeto de Lei nº 029/99. Foram aprovada
dos os requerimentos nº 065 e 067/2000 e as Indicações nº 155, 156, 157 e
158/2000. Foi arquivado e perdido do arquiv o Projeto de Lei nº 022/2000 e a
Indicação nº 159/2000. São havendo mais matérias para serem Aprecia
das, o Senhor Presidente honrarei e estubano para a Exatidão Real
Ocupou a Estubano em Exatidão Real, o Senhor Ulman Reuter
falando inicialmente que o problema estava envolvendo na construção de
estação de tratamento de esgoto aproveitando o sistema de captação
de águas pluviais já existentes, comentando que por cláusulas contra
heis a Empresa poderia cobrar pelo esgotamento sanitário, a mesma
tarifa do fornecimento de água. Adiante diz que as galerias exis
tentes haviam sido colocadas com o dinheiro do contribuinte co
populace e assim, estava solicitando a Prefeitura o custo do sistema
para negociar com a Prolebas uma tarifa de acordo com o quadro,
que embora seja complexo não pode onerar mais ainda ao usuário.
Diz que vai tentar junto a outras Câmaras, com exceção de Câmara
do Cabo, uma saída para evitar futuros problemas para a população
falou sobre a crise no mercado de trabalho, a enorme carga tributá
ria que incide sobre todos os segmentos da sociedade, e que tenta
acordar ao Senhor Prefeito entrar em um acordo com IPTU devido por
empresas ocupadas por comércio, como forma de minorar tal situação
enfim, em situações emergenciais, no que en
viou sua fala. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente
encerrou o presente Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária
para dentro de dez minutos. E para constar, mandou que se levasse
a presente Ata, que depois de lida, submetida a Apreciação de
nômio, aprovada, não assinada para que produza seus efeitos
legais

